

Fábio Pádua dos Santos |

A economia política da “Escola de Campinas”: contexto e modo de pensamento*

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo demonstrar, a partir de uma análise historiográfica, a unidade existente entre um conjunto selecionado de teses defendidas entre 1974 e 1986 que edificam aquilo que denominamos Economia Política da “Escola de Campinas”.

Palavras-chave

Capitalismo, Brasil, Escola de Campinas.

ABSTRACT

The present article is aimed at showing, by means of a historical analysis, the unity that can be observed in a set of selected theses that were defended in the years between 1974 and 1986, and which together form what we refer to as the Political Economy of the “Campinas School”.

Keywords

Capitalism; Brazil; the Campinas School.

*O presente artigo é produto da dissertação de mestrado intitulada “Crise e(m) desenvolvimento: a contribuição da Escola de Campinas”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento do Instituto de Economia da Unicamp, na área de História Econômica, em fevereiro de 2012. O autor agradece ao Centro Celso Furtado pela bolsa de mestrado concedida para a realização da pesquisa. Além disso, o autor também agradece aos professores Eduardo Mariutti e Pedro Vieira, bem como a Maíra Machado Bichir, Leonardo Dias Nunes, Ulisses Rubio, Lucas Corazza, Thiago Franco e Roberto Simiqueli pelos comentários e sugestões.

Introdução

1. Entre as contribuições recentes destacam-se, em ordem cronológica: FIORI, José Luís & TAVARES, Maria da Conceição (orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997. FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999. FIORI, José Luís (org.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001. PAULA, João Antônio de, PAULANI, Leda & COUTINHO, Maurício Chalfin (orgs.). *A economia política da mudança: os desafios e os equívocos do início do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e Crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula*. 5ª Ed. atual. São Paulo: Ed. 34, 2003. Ver em especial nesta edição o capítulo final intitulado “Retomada da revolução nacional e o novo desenvolvimentismo”. FIORI, José Luís (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. GIAMBIAGI, Fábio, VILLELA, André, CASTRO, Livínia Barros de & HERMANN, Jennifer. *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. PAULA, João Antônio de (org.). *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. SICSÚ, João, PAULA, Luiz Fernando R. de; MICHEL, Renaut (orgs.). *Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Rio de Janeiro: Manole: Fundação Konrad

Acreditamos que investigar as origens e o significado da “Escola de Campinas” se faz oportuno em virtude da maneira como vem se delineando o debate sobre o desenvolvimento na última década¹. Em consequência das mudanças sociais em curso, as tentativas de interpretação de nosso próprio tempo têm resgatado problemáticas e expectativas do passado, repensando os modelos explicativos sem redefinir radicalmente os parâmetros de estudo do fenômeno do desenvolvimento. Por exemplo, na perspectiva recente da “Escola de Campinas” e de seus companheiros da UFRJ, embora as hipóteses explicativas do desenvolvimento do capitalismo no Brasil tenham se sofisticado por meio de uma profunda reflexão acerca da economia política internacional, o modo como se tem recolocado o debate sobre o desenvolvimento é um indicativo da dificuldade de se romper com certos axiomas que outrora orientaram a reflexão crítica na América Latina. Isso se evidencia em José Luís Fiori (1999: 14) quando esse realiza seu esforço de recolocar em pauta o debate do desenvolvimento “[...] voltando ao problema originário da economia política clássica – o da riqueza das nações – e retomando o debate histórico sobre a viabilidade e os caminhos do desenvolvimento econômico nacional”. Não discordamos da necessidade de se recolocar o debate, pois repensar continuamente conceitos e categorias é condição necessária à elaboração teórica com vistas à *práxis* transformadora. Todavia, a questão que levantamos é se, nos dias de hoje, essa releitura e esse resgate, à luz das “profecias não cumpridas”, serão suficientes para indicar novos caminhos à emancipação humana.

Quando se observam os estudos sobre a “Escola de Campinas”, predominam dois tipos de trabalho: aqueles que procuram enfatizar os *aspectos propriamente teóricos* do pensamento desta “Escola”; e aqueles que procuram avaliar sua contribuição à luz da *problemática do desenvolvimento nacional*.

No primeiro caso, são objetos de análise as *influências teóricas*, a *perspectiva metodológica* e as *contribuições analíticas* no campo da teoria econômica e de seu desdobramento para a análise da economia brasileira. Mário Presser (2007), por exemplo, chama atenção para a formação eclética dos artífices da “Escola de Campinas”, embora denomine-os keynesianos. Presser sugere também a herança do enfoque histórico-estrutural da Cepal, o domínio da Economia Política Clássica, bem como a apropriação de ideias de clássicos do pensamento econômico contemporâneo, como Keynes, Schumpeter e Kalecki. Esse autor argumenta que a “Escola de Campinas” tem uma visão de economia

distinta daquela partilhada pelos neoclássicos, a começar pela própria historicidade da ciência econômica. Maurício Coutinho (2007), por sua vez, procurou destacar o modo como o pensamento marxista foi incorporado por Sérgio Silva e João Manuel Cardoso de Mello. Para Coutinho, as categorias marxistas habilitaram ambos a reconstruir o processo de formação do capitalismo no Brasil, apesar de que, em sua opinião, o tipo de reflexão sugerida por Cardoso de Mello “[...] não deixa de representar a transliteração de uma *démarche* que fora anteriormente proposta por Celso Furtado nos termos do estruturalismo” (COUTINHO, 2007: 19). Ainda com respeito às influências, para Renato Perim Colistete (2007) a teoria da Cepal se apresenta para a “teoria do capitalismo tardio” em quatro dimensões articuladas entre si: a ênfase nas estruturas; o papel reduzido dos atores sociais; a perspectiva macroeconômica; e o papel da história. Há de se convir que esse é um tema que, tratado em tábua rasa, leva a afirmações equivocadas que subvertem o real esforço empreendido pelos seus artífices. Alguns outros autores destacam a contribuição analítica da “Escola de Campinas” a partir da posição que seus representantes assumiram frente a questões específicas. Ricardo Bielschowsky & Carlos Mussi (2005) chamam atenção, por exemplo, para a explicação da formação da poupança ou da sustentabilidade do crescimento econômico. Além de Bielschowsky & Mussi (2005), Presser (2007) também enfatiza a explicação pouco convencional que deram à inflação e destaca a opinião a respeito do tipo de inserção internacional que a “Escola de Campinas” vislumbrou para o Brasil.

No segundo caso, a avaliação da contribuição da “Escola de Campinas” se faz com base na *problemática do desenvolvimento nacional*. Luiz Carlos Bresser-Pereira (1983, 1997), por exemplo, que considera a tese de João Manuel Cardoso de Mello como base do pensamento de Campinas, retrata uma das alternativas possíveis à reinterpretação da realidade brasileira na década de 70. Na avaliação de Bresser-Pereira, o esforço de Cardoso de Mello concentrou-se na crítica radical à Cepal e ao ISEB, reduzindo a importância da Revolução de 30 e demonstrando a origem social do capital industrial no capital mercantil cafeeiro. Para Bresser-Pereira, o *Capitalismo Tardio* representou, em suma, a alternativa que procurou negar o pensamento anterior. José Luís Fiori (1999), por sua vez, discorda e afirma que o debate que antecederam a “Escola de Campinas” questionava a viabilidade do desenvolvimento capitalista no Brasil. Contudo, quando surge a “Escola de Campinas”, o desenvolvimento capitalista já era um fato. Desse modo, na avaliação de Fiori, os artífices da “Escola de Campinas” compreenderam que, nos idos da década de 70, a questão era outra: era necessário reinterpretar o Brasil a partir do processo de formação do capitalismo, de um capitalismo que nascera tardiamente. Diferentemente de Bresser-Pereira, Fiori não vê os esforços da “Escola de Campinas” como negação do pensamento anterior, mas como uma tentativa

Adenauer, 2005. MEDEIROS, Carlos Aguiar; FIORI, José Luís; SERRANO, Franklin. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008. CASTELO, Rodrigo (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. CARNEIRO, Ricardo M.; MATIJASCIC, Milko (orgs.). *Desafios do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: Campinas: IPEA, IE-Unicamp, 2010.

de reformulação do projeto de reforma do desenvolvimentismo conservador. Conforme afirma esse autor:

[...] as reformas e o enfrentamento conjunto da crise da dívida externa e do novo contexto econômico internacional requeriam uma mudança radical das bases de sustentação política do projeto de desenvolvimento do país. Seria essencial a construção de uma nova coalizão de poder capaz de redesenhar o projeto nacional com base noutra conjunto de valores, hierarquizados a partir das necessidades da população e de inserção soberana na nova onda globalizante da economia capitalista (FIORI, 1999: 36).

Plínio de Arruda Sampaio Jr. (1999) é mais enfático em sua crítica. Apesar de inscrever a “Escola de Campinas” no contexto da crise do pensamento da esquerda que seguiu o Golpe de 64, como também o fizeram Bresser-Pereira e Fiori, Sampaio Jr. avalia a contribuição da “Escola de Campinas” à luz da perspectiva revolucionária da problemática do desenvolvimento nacional, configurando, desde o princípio, uma crítica externa à “Escola”. Para ele,

[...] a revisão teórica que surgiu em meados da década de setenta, para mostrar os horizontes abertos pela industrialização pesada, tornou-se, nos anos noventa, uma espécie de teoria da resistência, que denuncia os riscos de desestruturação da industrialização capitalista retardatária, mas não propõe alternativa que nos permita superar o impasse claustrofóbico que compromete o futuro do processo de formação da nação (SAMPAIO Jr., 1999: 58).

Tanto a perspectiva teórica quanto a do desenvolvimento nacional dão indicações pontuais do grande mosaico que poderíamos chamar de “Escola de Campinas”. Não obstante os esforços para lançar luz sobre a obra dos artífices da “Escola”, os autores acima formulam suas críticas tomando as teses que deram origem à “Escola de Campinas” separadamente. É rara uma avaliação da contribuição da “Escola” a partir da unidade existente entre as teses que, vistas em conjunto, conformam um modo de pensamento peculiar e uma visão particular de Brasil².

O presente artigo tem justamente a intenção de caminhar nessa direção, demonstrando, a partir de uma análise historiográfica, a unidade existente entre um conjunto selecionado de teses defendidas entre 1974 e 1986 que edificam aquilo que denominamos Economia Política da “Escola de Campinas”. A interpretação do Brasil como um caso de capitalismo tardio, bem como o programa de reforma desse capitalismo, será objeto de discussão em outra ocasião. Por ora, nossa atenção se voltará às origens da “Escola de Campinas” e ao seu modo de pensamento.

A produção historiográfica assume o tema do desenvolvimento como eixo estruturante do pensamento econômico brasileiro. A partir da temática do desenvolvimento, a sistematização envolve ou recortes analíticos arbitrários, como foi o caso dos *modelos analíticos de interpretação*³ de Guido Mantega

2. Entre os trabalhos que procuram apresentar a visão integrada da “Escola de Campinas”, destaca-se: SAMPAIO, Jr. (1999, ver nota de rodapé 69).

Para um exemplo de análise que parte de uma visão articulada das premissas da “Escola de Campinas”, ver CARNEIRO (2002: 36-40).

3. Nesse caso, o caráter arbitrário da sistematização é reconhecido pelo próprio Guido Mantega. Diz ele: “Antes de começar a análise, convém chamar a atenção do leitor para o caráter arbitrário envolvido na escolha dos autores e na ordenação de suas teses em modelos de interpretação. O fato é que não existe, até o momento, uma sistematização destas obras ou um balanço de seu alcance que possa servir de referencial, porque o pensamento econômico brasileiro ocupou-se do sistema econômico, mas esqueceu-se, ou talvez não tivesse tempo, de analisar a si mesmo e de escrever a sua história. Daí a tentativa de lançar a discussão sobre a Economia Política Brasileira” (MANTEGA, 1991 [1984]: 21).

(1991 [1984]), ou recortes analíticos que, inspirados em Joseph A. Schumpeter, privilegiam a dimensão histórica do pensamento econômico, como é o caso dos *sistemas de economia política* de Ricardo Bielschowsky (2000 [1988])⁴. Enquanto no primeiro a ênfase recai sobre as origens teóricas, as hipóteses básicas e as proposições fundamentais de cada modelo analítico de interpretação, no segundo a atenção recai na posição dos autores acerca dos principais dilemas da economia brasileira. Alguns esforços mais recentes de atualização da história do pensamento econômico brasileiro, como o de Maria Mello de Malta (2010), têm procurado aperfeiçoar o método historiográfico legado por Mantega e Bielschowsky, propondo uma articulação mais robusta entre a história, a ideologia, a política e a teoria⁵. Nessa proposta, todavia, as controvérsias continuam sendo o recorte ordenador da extensa bibliografia⁶.

Nossa perspectiva se diferencia de ambos quanto ao ponto de partida, uma vez que nosso objetivo não é apresentar as distintas visões sobre a mesma questão, senão demonstrar a “Escola de Campinas” como uma interpretação coletiva do desenvolvimento capitalista no Brasil. Assim sendo, investigar as origens da “Escola” e compreender seu significado à época exigem um deslocamento de perspectiva. Esse deslocamento deve contemplar uma análise articulada entre o *contexto*, a *coerência interna* das teses e sua *significação*⁷.

Cabe salientar que de maneira nenhuma estamos negando a “história das controvérsias”. As controvérsias nos serão úteis na medida em que ajudarem a esclarecer o significado da “Escola de Campinas” na crise do sistema-mundo moderno. Nosso estudo parte da premissa de que as controvérsias se desdobram sobre uma realidade que se move lentamente, na qual a História não é prisioneira das intervenções econômicas e políticas que emanam de tais controvérsias, mas sim uma síntese de múltiplas determinações, em que o poder da agência está condicionado pelas estruturas. Desse modo, as controvérsias não encerram em si a realidade, senão o contrário, são as contradições concretas que envolvem as controvérsias do debate sobre o desenvolvimento.

Nosso recorte analítico toma como referência o *movimento global* do sistema social histórico, no qual a “Escola de Campinas” está inscrita – o sistema-mundo moderno –, em um *momento específico* de sua história, o da hegemonia estadunidense. Isso implica definir teoricamente, em primeiro lugar, os elementos e os processos fundamentais que estruturam a história do capitalismo em geral para, em seguida, matizar o modo como esses processos estavam articulados nos períodos de gestação e consolidação da “Escola de Campinas”.

A partir dessa perspectiva, entendemos que o surgimento da “Escola de Campinas” deve ser buscado nas tensões que moviam o sistema-mundo moderno no período de hegemonia estadunidense (Guerra Fria e Doutrina Truman), em sua configuração política interna ao Brasil na luta pelo desenvolvimento (as vias de desenvolvimento em disputa e o Golpe de 64), e na

4. Como reconhece Ricardo Bielschowsky, “o trabalho constitui, assim, um caso misto especial do que Schumpeter chamou de ‘história de sistemas de economia política’ e ‘história do pensamento econômico’” (BIELSCHOWSKY, 2000 [1988]: 6).

5. Tal esforço encontra-se em Maria Mello de Malta: “podemos afirmar então que o método que propormos implica em uma redefinição da dinâmica de construção do pensamento econômico nacional em relação aos trabalhos seminais produzidos em HPE. Sob nossa perspectiva, a história, a ideologia, a política e a análise teórica são elementos que, por serem umbilicalmente conectados, precisam ser articulados simultaneamente na definição dos conceitos e da periodização necessários para se construir o recorte de estudo da história do pensamento econômico” (MALTA, 2010: 40).

6. Desta forma, encontraremos nos debates sobre estagnação, padrão de acumulação, distribuição de renda, revolução brasileira, inflação, endividamento externo e interno, crise e reconstrução nacional, a essência dos ‘sistemas de economia política’ e da ‘análise econômica’ que estavam em disputa na constituição do pensamento econômico brasileiro, tendo como norte a questão do desenvolvimento” (MALTA, 2010: 35).

7. Neste ponto, estamos inspirados em Goldmann (1967: 94-5), para quem: “(a) que essa estruturação interna das grandes obras filosóficas, literárias e artísticas provém do fato de que elas exprimem, no nível de uma coerência de grande porte, atitudes globais do homem diante dos problemas fundamentais colocados pelas relações

sua peculiar articulação com a formação e consolidação das Ciências Sociais no Brasil. Vista desse modo, a “Escola de Campinas” resulta do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, levado a cabo pelos militares na medida em que ela emerge como peça remanescente da tradição cepalina incorporada à universidade brasileira em um momento de consolidação das Ciências Sociais no Brasil, as quais, por sua vez, estão conectadas ao processo de difusão mundial das modernas estruturas do conhecimento patrocinado pelo governo dos Estados Unidos, pela iniciativa privada estadunidense e pelas instituições multilaterais. A consolidação da “Escola de Campinas” (1974-1986) enquanto visão do mundo e alternativa política para o Brasil ocorre, no entanto, no momento em que a articulação do pós-guerra – que promoveu a “Era de Ouro” – começa a se desintegrar, colocando em xeque o pensamento social herdado do século 19.

As raízes históricas da “Escola de Campinas”

inter-humanas e as relações entre os homens e a natureza, atitudes globais (nós as chamamos de ‘visões do mundo’) que existem em número limitado, se bem que seja impossível fazer seu inventário ou sua tipologia antes de dispor de um número suficiente de estudos monográficos; (b) que a inserção dessa ou daquela visão do mundo, em certas épocas precisas, resulta da situação concreta na qual se encontram os diversos grupos humanos no decurso da história e, enfim, (c) que a coerência estrutural não é uma realidade estática, mas sim uma virtualidade dinâmica no interior dos grupos, uma estrutura significativa na qual tendem o pensamento, a afetividade e o comportamento dos indivíduos, estrutura que a maioria dentre eles só realiza excepcionalmente em certas condições privilegiadas, mas que indivíduos particulares podem atingir em domínios limitados quando eles coincidem com as tendências do grupo e as levam à sua coerência mais extrema. (É o caso de certos chefes políticos ou religiosos, dos grandes escritores, grandes artistas ou grandes pensadores filosóficos)”.

A história da “Escola de Campinas” não começa com a instituição do Departamento de Planejamento Econômico e Social (DEPES) em 1967, quando, na ocasião, se reuniu uma equipe de pesquisadores e ex-alunos da Cepal disposta a criar, em conjunto com renomados filósofos e cientistas sociais, o setor das Humanidades da recém-criada Universidade Estadual de Campinas; sua história precede a criação do DEPES e tem início no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial. Naquela época, se estabeleceu não só o padrão de evolução do sistema-mundo moderno, que marcou a segunda metade do século 20, mas também se definiu o “espírito do tempo”, que marcou as iniciativas de promoção do desenvolvimento nos países da periferia e as lutas políticas internas aos estados pela “construção da nação”.

Nesse período, a hegemonia estadunidense foi o pivô da arquitetura mundial. Os Estados Unidos foram capazes de estabelecer os fundamentos supraestatais que definiram a ordem mundial do pós-guerra no contexto da Guerra Fria. O Acordo de Bretton Woods, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio e a criação da Organização das Nações Unidas sedimentaram o padrão de dominação global dos Estados Unidos, cujo princípio fundamental era a autodeterminação dos povos. Por meio da autodeterminação era legado, pelo menos idealmente, a todas as nações do mundo o direito de se consolidarem como Estados Nacionais e, desse modo, ter sua soberania reconhecida. Na visão do poder hegemônico, a promoção da democracia liberal e da integração econômica era o meio mais eficaz para combater o comunismo.

A política externa estadunidense para os países não envolvidos pela “cortina de ferro” encaminhou-se para fortalecer os laços econômicos de longo prazo e, por meio deles, encorajar sistemas democráticos de governo. No caso do Brasil,

a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) em 1945 e a adesão ao padrão ouro-dólar possibilitaram o primeiro passo. O apelo ideológico viria pela Doutrina Truman (1947), segundo a qual a estabilidade da ordem mundial só seria alcançada com a consolidação do sistema de livre-iniciativa. O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, de 1947 (apoio econômico e financeiro), o “Programa Ponto 4”, de 1949 (disseminação de conhecimento técnico), e a Lei de Assistência Econômica Estrangeira, de 1950 (cooperação para produção de matérias-primas estratégicas), contribuíram para o adensamento das relações econômicas de longo prazo com o Brasil na medida em que espraíram recursos e difundiram o conhecimento técnico necessário ao planejamento e à coordenação conjunta das atividades econômicas em nível mundial. Talvez a expressão mais forte desse movimento tenham sido a formação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, em 1951, o estabelecimento da Cepal no Brasil e a criação do BNDE em 1952. Com efeito, esses são exemplos de como a hegemonia estadunidense pouco a pouco foi se articulando com o desenvolvimento “nacional” do país e indicam os mecanismos pelos quais as condições necessárias à integração do “sistema nacional de produção”, através dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs), foram construídas.

Dessa perspectiva, promover a diversificação da estrutura produtiva brasileira – por financiamento externo ou pelo ingresso de IEDs – significava fortalecer, simultaneamente, a economia e a hegemonia estadunidenses. Do ponto de vista da demanda, os Estados Unidos e a Europa dependiam das matérias-primas e dos produtos primários oriundos das áreas periféricas; ao passo que, do ponto de vista da oferta de manufaturados, a elevação do nível da renda dos países da periferia beneficiava setores da indústria e da agricultura estadunidenses, uma vez que os mercados nacionais em formação na periferia se convertiam em mercados externos, alargando o escopo da acumulação capitalista⁸. Portanto, na visão do Estado hegemônico, fortalecer as economias subdesenvolvidas significava, naquele contexto, reforçar o mercado mundial necessário à reconstrução da Europa⁹ e, por consequência, à reordenação da economia-mundo capitalista. Daí a relevância do debate sobre o desenvolvimento travado pelo pensamento social brasileiro. Esse refletia o “espírito do tempo”, no qual o processo de modernização ocupava lugar central.

Os fundamentos da hegemonia estadunidense e sua política externa não condicionaram apenas a formação econômica e política do Brasil no pós-Segunda Guerra Mundial. Sua influência se fez notar no plano da cultura quando as instituições promotoras do desenvolvimento capitalista começaram a se imbricar com o sistema universitário brasileiro em formação, definindo o caráter das estruturas do conhecimento moderno no Brasil e suas vinculações com a política nacional. Esse é um nexos importante e que nos ajuda a precisar as raízes e o significado da “Escola de Campinas”.

8. Para mais detalhes, ver TRUMAN, Harry S. *Special Message to the Congress Recommending Point 4 Legislation*, 24 de junho de 1949.

9. Não é de se admirar que a crítica central contida no Informe da Cepal de 1949 tenha se dirigido à premissa teórica segundo a qual a troca internacional tende a reparar equitativamente entre todas as sociedades que participam da divisão internacional do trabalho os frutos do progresso técnico.

Em meados do século 20, o Brasil possuía um sistema universitário incipiente, construído a partir das escolas superiores oriundas da República Velha. A Universidade de São Paulo (1934), a então Universidade do Brasil (1937), a Universidade do Recife (1946) e a Universidade de Minas Gerais (1949) esboçam o quadro institucional inicial a partir do qual se processava a institucionalização da educação superior no Brasil. No entanto, até meados da década de 40, não se observa nesse quadro a criação de escolas de Economia. Apesar do esforço para se incorporar ao sistema universitário brasileiro o curso de Economia, através da Fundação Getúlio Vargas (1944) no Rio de Janeiro e da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (1946) em São Paulo, o saber econômico, como lembra Bielschowsky, era disseminado nessa época pelas “escolas práticas” de Economia, a saber: a Sumoc, núcleo do pensamento monetarista; o BNDE; o Conselho Federal de Comércio Exterior; o Instituto Brasileiro de Economia da FGV; e as agências internacionais, como a Cepal. Do ponto de vista das Ciências Sociais em geral, foram importantes: a criação da Escola Superior de Guerra (1948), por meio da qual se incorporou ao Brasil a ideologia da Guerra Fria; a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (1955), principal centro de irradiação da ideologia do nacional-desenvolvimentismo; o estabelecimento do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (1957), em convênio com a UNESCO; e os cursos do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social promovidos pela Cepal. À margem, desde 1959 a Fundação Ford começa sua aproximação com o Brasil, onde se estabeleceu em 1962 com o objetivo de fomentar a consolidação das Ciências Sociais¹⁰.

Visto em perspectiva, o processo de formação do sistema universitário moderno em geral e das Ciências Sociais em particular no Brasil era ainda difuso nesse momento. Estava emergindo dos mais variados segmentos, como em um campo de batalha no qual cada ideologia começava a levantar sua própria bandeira, reivindicando o seu território. O traço comum que nos permite agrupá-los em um único movimento, o da articulação do sistema universitário brasileiro às estruturas do conhecimento moderno, era a preocupação com o processo de modernização por que passava o país. As diversas visões sobre o processo de desenvolvimento refletiam as diferentes vias de desenvolvimento em disputa, a qual, para irmos direto ao ponto, Octavio Ianni bem resume ao afirmar que o dilema da sociedade brasileira residia na:

[...] escolha entre uma proposta de um **capitalismo nacional** voltado principalmente para as forças econômicas, sociais e políticas que constituem a sociedade nacional e um **capitalismo que lança mão dessas bases**, mas beneficia-se, em ampla medida, do intercâmbio com as multinacionais e faz, em certa escala, um jogo com elas (IANNI, 2004: 108).

O desenvolvimento de um capitalismo socialmente regulado levado a cabo pelos desenvolvimentistas desde a década de 30 foi possível na medida em que

10. Para uma discussão mais detalhada do papel da Fundação Ford no processo de consolidação das Ciências Sociais no Brasil, ver MICELI, S. A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 2. São Paulo: Editora Sumaré, 1995b, pp. 341-95.

convergia com os interesses estadunidenses no Brasil. No interlúdio democrático da vida política brasileira e de aprofundamento da hegemonia estadunidense (1945-1964), entretanto, ficou evidente a disputa entre dois projetos: um liberal, no qual o mecanismo de regulação social deveria ser o mercado autorregulável; e outro desenvolvimentista, no qual o capitalismo socialmente regulado deveria avançar¹¹. Na medida em que a Europa e o Japão se reconstruíam, elevando a competitividade intercapitalista no centro, mais difícil se tornou aos Estados Unidos levar adiante a Doutrina Truman. A Revolução Cubana (1959) e o fracasso da Aliança para o Progresso (1961) encorajaram a reorientação da política externa estadunidense para a América Latina. O Estado norte-americano cedeu lugar aos capitais privados estadunidenses. No Brasil, o esgotamento da industrialização pela substituição de importações levou à desaceleração do crescimento econômico e, com esse arrefecimento, à crise no bloco do poder, que vinha se equilibrando com grande dificuldade desde 1945. No começo da década de 60, tornaram-se antagônicos os caminhos à construção de uma sociedade brasileira moderna. Nessas circunstâncias, as forças associadas ao liberalismo econômico mais radical entraram em choque com a variante desenvolvimentista. Os desenvolvimentistas não conseguiram, através do Estado, controlar a livre-iniciativa e protegê-la de sua própria fúria, direcionando seu potencial para a construção de um estado de bem-estar nas condições e limitações de um Estado periférico. Aos comunistas brasileiros faltaram condições concretas para a revolução, pois as circunstâncias idealizadas nas alianças com os governos progressistas jamais chegaram a se concretizar. Nesse contexto, o Golpe Militar de 1964 foi o desfecho das tensões que se acirravam progressivamente no Brasil desde 1946.

Ao aprofundar as condições para a consolidação de um capitalismo transnacionalizado, o Regime Militar subverteu, através da coerção, o padrão de desenvolvimento capitalista conduzido pelos desenvolvimentistas até então. Retrospectivamente, podemos ver que, no conjunto de suas práticas, a Ditadura Militar levou a cabo a consolidação de uma ordem social regulada pelo mercado. Isso não só pressupôs um tipo de política econômica favorável à livre-iniciativa, como o Plano de Ação Econômica do Governo (1964-1966), mas também exigiu uma política social e cultural que legitimasse tal ordem, como o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), implementado entre 1968 e 1970.

A reforma do sistema educacional brasileiro promovida pelo PED em 1968 ilustra a dimensão global do processo de modernização ao qual a sociedade brasileira foi submetida durante a ditadura. Naquela ocasião, tratou-se de adequar a educação ao crescimento econômico. Sérgio Miceli retém o que nos parece essencial naquele contexto e que revela a conexão entre as estruturas do conhecimento e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil:

Como era de se esperar, ambas as políticas [a de expansão do ensino superior e a de montagem do sistema nacional de pós-graduação] contribuíram decisivamente para a capacitação

11. Desde, pelo menos, a Revolução de 30 havia um consenso mínimo com relação à construção do *mercado interno* no Brasil no sentido atribuído por Karl Polanyi (2012 [1944]). Se admitirmos com Polanyi que a economia de mercado é uma estrutura institucional, é inconcebível para nós que a construção do mercado interno prescindia do Estado. Desse ponto de vista, não nos parece surpresa que o debate central do desenvolvimento (R. Simonsen *versus* R. Gudin) tenha se polarizado em torno do modo de intervenção do Estado na economia e, conseqüentemente, sobre o modo de regulação do capitalismo.

material e institucional das categorias profissionais em questão, fazendo com que o controle das **instituições públicas de ensino superior**, mormente daquele de maior prestígio científico, fosse se tornando progressivamente uma **arena central de concorrência político-partidária** (MICELI, 1995a: 10, grifo nosso).

E conclui:

[...] seja por conta dos serviços prestados de consultoria, pelo assessoramento às lideranças partidárias ou às equipes governamentais, seja por força da contribuição que fazem à definição das agendas públicas de discussão nas diversas áreas de política social, seja pela explicitação nas mídias das lutas envolvendo os diversos grupos de interesses no que talvez seja a especialidade mais característica de sua competência profissional, seja pelo projeto constantemente renovado de exercer influência mesmo fora das cidades da ciência, seja enfim por esse estado de permanente disponibilidade para o trabalho político, **os cientistas sociais brasileiros são parte integrante do sistema político e por essa razão tendem quase sempre a se comportar como atores políticos cômicos, senão do espaço a que podem almejar, de seus instrumentos de combate** (MICELI, 1995a: 11, negrito nosso).

Sérgio Miceli nos dá a dimensão exata da implicação da formação das Ciências Sociais com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que, por sua vez, como já demonstramos aqui, está articulado com a hegemonia estadunidense. A fundação da Universidade Estadual de Campinas em 1967 anteviu e seguiu o aprofundamento do capitalismo dependente, no qual a ordem social passava a ser regulada pelo mercado e para o qual o sistema universitário nacional estava sendo consolidado. Conforme Eustáquio Gomes nos lembra,

Zeferino [Vaz] foi um dos primeiros a compreender, na década de 60, que a crescente industrialização do país criava uma demanda nova por pessoal qualificado [...]. Necessitava-se, portanto, de uma universidade que desse ênfase à pesquisa tecnológica e que mantivesse, desde o início, sólida vinculação com o setor de produção de bens e serviços. E que formasse profissionais dentro de novo espectro de mercado (GOMES, 2007: 54, negrito nosso).

Do ponto de vista institucional, é nítida a conexão entre a Unicamp, a nova função do sistema universitário brasileiro, além do aprofundamento do desenvolvimento capitalista no Brasil. Do ponto de vista do conhecimento, lembra Fausto Castilho (2008), a Unicamp foi planejada naquele momento para operar como uma grande enciclopédia. Nela, o DEPES surge como uma espécie de embrião a partir do qual seriam organizadas as Humanidades. João Manuel Cardoso de Mello (1999) recorda que a proposta inicial era criar um Instituto de Filosofia e Ciências Humanas nucleado a partir do Departamento de Economia. A viabilização de tal projeto foi possível pela sustentação diplomática e financeira do Ministério das Relações Exteriores, que junto à Cepal e ao ILPES firmou um convênio quinquenal (1968-1972) que assegurou a

implantação do DEPES. Inicialmente, no DEPES eram ministrados diferentes cursos em nível de pós-graduação com o objetivo de introduzir técnicas de planejamento, programação industrial com ênfase na América Latina e também qualificar técnicos para racionalização dos processos produtivos (CASTILHO & SOARES, 2008: 113-14).

A equipe que compôs inicialmente o quadro de professores foi formada apenas por professores e ex-alunos do curso da Cepal realizado em São Paulo em 1966. Do escritório da Cepal no Rio de Janeiro foram contratados Wilson Cano, Ferdinando Figueiredo e Lucas Gamboa. Entre os ex-alunos, foram selecionados João Manuel Cardoso de Mello, Carlos Eduardo Gonçalves, Osmar Marchese e Luiz Gonzaga Belluzzo¹². Como recorda o professor Wilson Cano (2007: 119), o DEPES se propunha a reforçar a capacidade crítica da realidade nacional, através de uma proposta pedagógica interdisciplinar, e a elevar a consciência teórica e política. Para tanto, o quadro de professores foi expandindo. Eolo Pagnani chegou pouco depois das primeiras contratações. No início da década de 70, foram incorporados Antônio Barros de Castro, Carlos Lessa, Jorge Miglioli e Maria da Conceição Tavares. Da França veio Sérgio Silva e, dos Estados Unidos, Luciano Coutinho. Do Chile vieram Liana Aureliano, Carlos Alonso Barbosa de Oliveira, José Carlos Braga e Paulo Baltar. Frederico Mazzucchelli foi outro importante reforço.

Segundo João Manuel Cardoso de Mello (1999: 200), o objetivo era elaborar uma crítica à realidade nacional no intuito de “levar adiante a crítica do capitalismo no Brasil”. Para tanto, a principal tarefa era reinterpretar o Brasil, por isso foram abertas quatro frentes de trabalho: a primeira consistiu num estudo sistemático da obra de K. Marx, em diálogo com grandes pensadores contemporâneos como J. Schumpeter, J. M. Keynes e M. Kalecki, R. Hilferding e J. Steindl; a segunda tarefa foi o estudo da história do capitalismo contemporâneo; conseqüentemente, a revisão da economia política e da análise histórica do capitalismo contemporâneo constituiu a base para a terceira frente de trabalho, o diálogo com as teorias do desenvolvimento; por fim, a quarta e principal tarefa consistiu no acerto de contas com a Economia Política da Cepal, da qual eram herdeiros. Executadas essas quatro frentes, estavam em condições de repensar o desenvolvimento capitalista no Brasil. O resultado foi uma nova interpretação do Brasil, sintetizada no conceito de *capitalismo tardio*, a partir da qual os artífices da “Escola de Campinas”, de um lado, criticaram a política econômica do Regime Militar, e, de outro, elaboraram novas propostas de reforma econômica e social no contexto da transição democrática (MELLO, 1999: 200-1). As teses defendidas a partir de 1974 no programa de doutoramento foram, portanto, o produto desse grande esforço que, pouco a pouco, conformou aquilo que hoje podemos chamar de “Escola de Campinas”.

Em suma, são nítidas as aproximações das raízes históricas da “Escola de

12. Segundo Wilson Cano (2007: 200), “deve-se a uma circunstância muito especial a ideia da criação do futuro Instituto de Economia. De um lado, os anseios que um grupo de professores da Cepal, no Rio de Janeiro, manifestava em relação à má qualidade da maioria dos cursos de Economia então ministrados no país, pela baixa capacidade crítica que ofereciam no exame da realidade nacional, pela quase ausência de interdisciplinaridade e pela alienação teórica e política que proporcionavam. Esse grupo alimentou, durante alguns anos, a ideia de criar uma nova Escola de Economia que enfrentasse aquelas deficiências. Ao mesmo tempo, havia outro grupo de intelectuais em São Paulo que acabava de fazer um Curso de Planejamento Econômico ministrado pela Cepal e que também alimentava as mesmas preocupações. É nesse momento (1965) que ambos se conhecem e que delineiam as ideias centrais do futuro projeto. O elo dessa união foi, de um lado, o interesse demonstrado por Zeferino Vaz em implantá-lo, como embrião da área de humanidades da Unicamp, e, de outro, o fato de que o grupo tinha em conta os valores humanos fundamentais e idênticas preocupações políticas”.

Campinas” com o processo de desenvolvimento capitalista levado a cabo pelo Regime Militar no momento de consolidação da Universidade Moderna no Brasil e das Ciências Sociais em particular. Não obstante, o DEPES ter surgido como se fosse um “espaço de fuga” dos herdeiros da tradição cepalina em um momento de endurecimento do regime talvez se deva àquelas aproximações o caráter ambíguo da própria “Escola”. Como se poderá notar mais adiante, o peso da tradição cepalina e sua relação peculiar com o marxismo fizeram os artífices da “Escola de Campinas” se tornarem críticos de um *certo capitalismo*, não do capitalismo.

A Economia Política da “Escola de Campinas”

Nesta seção, avançaremos em nossa análise matizando os elementos que evidenciam a coerência interna das teses e que fundam o modo de pensamento da “Escola de Campinas”. Desde logo, admite-se que a *coerência interna* está estabelecida pelo *sistema de conceitos* elaborado pela “Escola de Campinas” a partir da síntese eclética de diferentes paradigmas do pensamento social¹³. Nosso objetivo aqui não é discutir as formas de apropriação, mas apresentar os principais conceitos e demonstrar os pontos de conexão entre eles que dão forma à Economia Política da “Escola de Campinas”.

A Economia Política da “Escola de Campinas” está fundamentada nos conceitos de modo de produção e formação social¹⁴. O conceito de *modo de produção* é apreendido com base nos conceitos de *forças produtivas* e *relações sociais de produção*. Enquanto o nível das forças produtivas representa o progresso técnico e a acumulação de capital, a interação entre o nível das forças produtivas e as relações sociais de produção revela as formas de apropriação do excedente, ou seja, os padrões de distribuição da renda. A maneira como esses elementos se dispõem no espaço e no tempo dão forma para o que pode ser chamado de estrutura econômica. Por sua vez, a *formação social* é configurada a partir das relações sociais de produção, as quais são tomadas como princípio de estratificação das diferentes camadas sociais e determina a disposição dos grupos de interesse na sociedade. Define também o tipo de racionalidade dos atores sociais. O Estado é visto como síntese dos conflitos irreconciliáveis da sociedade. A forma como esses elementos estão dispostos na sociedade e como se articulam no tempo e no espaço configura a estrutura social. A conexão entre a estrutura econômica e a estrutura social está determinada pelas relações sociais de produção. Por essa razão, as relações sociais de produção se convertem, e esse é o ponto de diferenciação com a Cepal no critério de periodização do desenvolvimento capitalista para as diferentes formações sociais.

Tendo em mente que o objetivo da “Escola de Campinas” é investigar a

13. Desde logo nos isentamos de um estudo genealógico das principais referências que fundamentam a Economia Política da “Escola de Campinas”. Essa é uma empresa que ainda requer iniciativa. Não obstante, no que concerne às principais matrizes teóricas, o marxismo e o keynesianismo, cabe a seguinte observação: é peculiar a relação com o marxismo, uma vez que nela se inspiram e incorporam, por conveniência, alguns conceitos e categorias. A visão do mundo marxista é rejeitada em favor da concepção keynesiana, cuja predileção por reformas, a fim de legar aos netos a civilização capitalista e a exuberância dos lírios do campo, reserva ao setor “progressista” da elite a missão histórica de dominar o “*animal spirits*”.

14. Para acompanhar o debate na América Latina sobre os conceitos de formação social e modo de produção, ver El concepto de formación económico-social. In: *Cuadernos de Pasado y Presente*, nº 39. Córdoba: Siglo XXI, 1973, e Modos de Producción en América Latina. In: *Cuadernos de Pasado y Presente*, nº 40. Córdoba: Siglo XXI, 1973.

constituição e o desenvolvimento do modo especificamente capitalista de produção no Brasil, o passo seguinte consiste no estudo das determinações gerais do modo especificamente capitalista em três níveis de abstração, que são: o da lei geral (lei do valor como processo de valorização); o da lei de movimento (lei da concorrência intercapitalista); e da agência (decisão do gasto capitalista). O que é próprio da Economia Política da “Escola de Campinas” é a forma como são articulados esses três níveis por meio de mediações teóricas e históricas. As mediações teóricas têm por finalidade formular um paradigma de análise econômica menos formal, do ponto de vista analítico, e mais realista, do ponto de vista epistemológico. Esse esforço teórico é complementado pelas mediações históricas por meio das quais os conceitos e categorias, correspondentes aos três níveis gerais de determinação, são temporizados e espacializados, configurando duas tipologias: do ponto de vista da constituição dos diferentes capitalismos, os padrões de industrialização (originário, atrasado e tardio); e, do ponto de vista dos capitalismos já constituídos, os padrões de acumulação capitalista (capitalismo competitivo; estrutura oligopólica em economias maduras; e estrutura oligopólica em economias semi-industrializadas).

Em grande medida, o esforço de Luiz Gonzaga Belluzzo em sua tese de doutoramento, *Um estudo da crítica da economia política*¹⁵, foi estabelecer as determinações gerais do modo especificamente capitalista de produção ao nível da lei geral. Nesse plano de abstração, segundo a interpretação de Belluzzo, o modo capitalista de produção tem origem no processo de generalização da produção mercantil e na transformação da relação entre os produtores diretos (a expropriação dos meios de produção do trabalho e a conversão da força de trabalho em mercadoria). Belluzzo afirma que a produção para a troca pelo capital adquire forma específica como produção de mais-valia, da qual uma parte destina-se a repor as condições de reprodução do capital e outra se converte em novos meios de produção, i.e., em acumulação de capital. Sendo assim, para Belluzzo, a lei do valor emana do processo capitalista de produção como lei geral do modo capitalista de produção. Dessa forma, Belluzzo argumenta que a teoria do valor de Marx não deve ser interpretada como uma teoria da exploração, senão como teoria da valorização do capital.

Em sua interpretação de Marx, o processo de valorização do capital se move contraditoriamente e imprime uma trajetória que tende ao declínio da taxa de lucro. Belluzzo chama atenção para o fato de que o processo de acumulação de capital deve ser considerado em relação à base técnica, pois há uma distinção essencial entre a reprodução ampliada apoiada em base técnica não especificamente capitalista e aquela apoiada em base técnica especificamente capitalista. No primeiro caso, o trabalho está submetido formalmente ao capital. Desse modo, as condições de reprodução do capital estão determinadas pelas condições de extração da mais-valia absoluta. Portanto, a acumulação

15. Publicada posteriormente sob o título *Valor e capitalismo: um ensaio sobre a economia política*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1980.

capitalista apoiada em base técnica não capitalista está limitada pelo trabalho. A acumulação de capital apoiada em bases técnicas especificamente capitalistas (grande indústria), por sua vez, implica que o trabalho está subsumido realmente ao capital, isso é, o trabalhador é um instrumento do processo de produção, cuja estrutura técnica se automatiza com o progresso técnico. Assim, o excedente está determinado pela mais-valia relativa e a automatização torna o trabalho progressivamente redundante. Nesse caso, a competição intercapitalista engendra o progresso técnico que revoluciona, de tempos em tempos, a estrutura técnica do capital e, desse modo, “desloca os limites da reprodução ampliada do capital para além das suas próprias possibilidades de realização” (BELLUZZO, 1975: 71). “É nesse sentido que a lei do valor permanece como lei interna inexorável do movimento do modo de produção capitalista” (BELLUZZO, 1975: 70). Para o capital em seu conjunto, a lei do valor é a norma inviolável de sua existência, o valor que se autovaloriza sugando trabalho vivo. Do ponto de vista do capitalista individual, a lei do valor é a violação da norma, a competição. Assim, conclui Belluzzo (1975: 72), “[...] o capital é a contradição em processo, na medida em que a mesma lei que o compele a uma valorização progressiva acaba determinando um estreitamento da base sobre a qual se apoia esse processo de valorização”.

Segue-se que, nas crises, a concorrência intercapitalista redefine o conteúdo da lei de tendência ao pressionar a incorporação do progresso técnico, que por sua vez altera a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, as condições de reprodução ampliada do capital. Sendo assim, do ponto de vista do movimento global do capital, o progresso técnico reduz os custos de reprodução do sistema e amplia as margens de lucro. Do ponto de vista do capital considerado individualmente, o progresso técnico se apresenta como renda diferencial entre o capital e o trabalho, afetando a relação lucro/salário, e altera a composição orgânica do capital (BELLUZZO, 1975, capítulo 2, seção 3). Portanto, as crises de superacumulação são interpretadas como momentos em que o capital, impulsionado pelo acirramento da competição, expande-se até se tornar excessivo para uma dada taxa de lucro. Nesse momento, o capital se desvaloriza, acarretando sua destruição e centralização ao mesmo tempo em que as condições para um novo ciclo de valorização do capital são repostas (MAZZUCHELLI, 1985 [1983]: 69).

Em suma, do ponto de vista estrutural, o capital é interpretado como valor progressivo que se move contraditoriamente (tendência à superprodução e à redundância do trabalho vivo) até a irrupção das crises que, por sua vez, representam a aurora de um novo ciclo de expansão.

Antes de prosseguir com as mediações teóricas que dão origem à teoria da dinâmica capitalista, convém recuperar as mediações históricas e apresentar a tipologia dos padrões de formação do capitalismo. Esse passo se faz necessário,

pois na perspectiva da “Escola de Campinas” a dinâmica capitalista deve ser apreendida segundo o padrão de industrialização.

A identificação na história dos elementos constitutivos do modo de produção capitalista e a análise de seus desdobramentos lógico-históricos até sua consolidação têm por objetivo problematizar a questão da gênese do modo especificamente capitalista de produção em formações sociais específicas. O propósito desse encaminhamento analítico é reconhecer o caráter singular dos diferentes capitalismo nacionais e desse modo explicar as diversas trajetórias de desenvolvimento. Do ponto de vista lógico, o eixo condutor da análise foi sistematizado por Sérgio Silva em *Expansão cafeeira e a origem da indústria no Brasil*, o qual sugere analisar o processo de industrialização a partir do processo de generalização das relações capitalistas de produção, i.e., o processo de subsunção formal e real do trabalho ao capital. Para Silva, a possibilidade de industrialização só emerge quando o trabalho está formalmente subsumido ao capital, no entanto ela apenas se completa quando o capital subordina realmente o trabalho e se automatiza por meio do progresso técnico. Dessa perspectiva, a industrialização representa um processo de transformação global da sociedade, no qual a consolidação da indústria “[...] aparece como última fase da transição capitalista” (SILVA, 1976: 20). A partir da explicação lógica geral de Silva, João Manuel Cardoso de Mello (1982 [1975]) estabelece os critérios de análise dos desdobramentos históricos dos elementos lógicos. Desse modo, a análise consiste em investigar a forma como se dá a entrada de relações capitalistas de produção em formações sociais pré-capitalistas e como a instalação do regime do assalariamento vai transformando tais formações sociais não capitalistas. Esse passo corresponde ao determinante em primeira instância dos processos nacionais de industrialização. Não obstante, Cardoso de Mello não nega o fato de o capitalismo se organizar como sistema mundial. Segundo Mello, há também que se considerar, em última instância, o momento da história do capitalismo em que ocorrem os processos nacionais de industrialização. Isso implica a necessidade de descrever como o mercado mundial articula modos de produção distintos e analisar as implicações no que se refere aos determinantes da dinâmica (reprodução ampliada) dos sistemas econômicos nacionais.

Resulta dessa análise genética uma tipologia que procura “[...] reduzir a multiplicidade de capitalismo nacionais a certos *padrões* de formação do capitalismo em diferentes nações” (OLIVEIRA, 2003 [1985]: 97, grifo do autor). Desse modo, para a “Escola de Campinas” existem três padrões de formação do capitalismo: o originário; o atrasado; e o tardio. O *capitalismo originário* é a categoria que resume o processo de industrialização inglês que foi gestado a partir do regime de produção feudal no momento da acumulação primitiva. A categoria *capitalismo atrasado*, por sua vez, sintetiza aqueles processos de industrialização gestados em países que, não obstante a formação econômico-social pretérita ser

feudal ou colonial, conseguiram consolidar a indústria de bens de capital na etapa do capitalismo concorrencial. São exemplos de capitalismo atrasado os Estados Unidos, a França, a Alemanha, o Japão e a Rússia. A categoria *capitalismo tardio*, por fim, compreende aqueles processos de industrialização desencadeados em economias de passado colonial na etapa monopolista da história do capitalismo. Desse ponto de vista, o desenvolvimento capitalista no Brasil se afigura como um caso típico de capitalismo tardio.

Visto em conjunto, a interpretação da “Escola de Campinas” sugere que, à medida que o capitalismo em geral se transfigura – acumulação primitiva, etapa concorrencial e etapa monopolista –, os obstáculos à industrialização se aprofundam, redefinindo tanto o papel da iniciativa capitalista quanto da iniciativa estatal no processo de industrialização. Além disso, a capacidade das técnicas especificamente capitalistas de produção em transformar qualitativamente as formações econômico-sociais é deteriorada, pois na etapa monopolista a industrialização não logrou estruturas econômico-sociais homogêneas (OLIVEIRA, 2003 [1985]: 256-57).

A conformação de estruturas econômico-sociais homogêneas e heterogêneas implica a necessidade de se pensar a evolução das economias nacionais (problemática da dinâmica capitalista) e a dinâmica social (a problemática da revolução burguesa) a partir do caráter singular de cada padrão de industrialização tal como definido acima.

Uma vez postulado pelo professor Belluzzo (1975) que a lei do valor como processo de valorização do capital é o traço fundamental do modo especificamente capitalista de produção, no qual a lei de tendência à queda da taxa de lucro condensa, segundo ele, as contradições do processo de desenvolvimento do capital (tendência à superprodução e à redundância do trabalho vivo), e estabelecidos os padrões de formação do capitalismo, podemos agora retomar as mediações teóricas a fim de avançar sobre a teorização da dinâmica capitalista formulada pela “Escola de Campinas”.

Maria da Conceição Tavares (1974 e 1978), com o auxílio de Frederico Mazzucchelli (1983) e José Carlos Braga (1985), procurou aprofundar a discussão delimitando a problemática da dinâmica capitalista como problemática dos determinantes gerais do modo especificamente capitalista de produção ao nível da concorrência e da decisão capitalista. O estudo dos determinantes imanentes do processo de concorrência intercapitalista se apresenta como mediação teórica fundamental para a compreensão das situações concretas do desenvolvimento capitalista no que concerne à tendência geral do modo capitalista de produção, às crises inerentes à produção capitalista e à configuração das etapas do desenvolvimento do capitalismo. A concorrência, cuja origem está na interação entre capitais individuais em busca de se autovalorizarem, expressa a forma como os capitais se impõem entre si, dando movimento ao sistema econômico. Ao propor

essa mediação teórica, os artífices da “Escola de Campinas” argumentam que, ao nível da concorrência intercapitalista, as determinações do capital individual e do capital em geral são distintas. Assim, ao nível da concorrência redefine-se, portanto, o conteúdo tanto da lei de tendência quanto das crises.

A concorrência intercapitalista engendra transformações qualitativas no processo de valorização do capital na medida em que transforma a relação de unidade entre as formas de capital produtivo e capital a juros. O desdobramento da forma juro na forma fictícia coloca a possibilidade da acumulação financeira, que por sua vez redefine a relação de subordinação entre as diferentes formas do capital. Sob o domínio do capital financeiro, o sistema de crédito passa a desempenhar papel mais ativo no processo de valorização do capital à medida que os recursos mobilizados pelo sistema de crédito permitem investimento em grande escala e financiam o desenvolvimento tecnológico. O sistema de crédito converte-se assim em elemento constitutivo do padrão de competição intercapitalista, configurando um novo modo de o capital se desenvolver. É nesse sentido que o conceito de monopólio sintetiza o conjunto das transformações qualitativas operadas no modo de produção capitalista, o que dá origem à etapa monopolista (MAZZUCHELLI, 1985 [1983], ver capítulo 2).

Se da tensão entre a lei geral e a lei da concorrência emergem etapas do desenvolvimento capitalista, da tensão entre a lei da concorrência e a decisão do gasto capitalista emerge uma macroestrutura financeira, que reflete a concretude da passagem da etapa concorrencial para a etapa monopolística. O passo teórico seguinte na direção de completar a teoria da dinâmica capitalista consistiu na articulação da lei da concorrência com a decisão capitalista por meio da teoria do investimento de Keynes. Essa mediação teórica permite à “Escola de Campinas” formular uma teoria da dinâmica capitalista capaz de distinguir fases de expansão, instabilidade e crise no ciclo de valorização do capital (TAVARES, 1998 [1978]; BRAGA, 1985). Nesse plano, revela-se o caráter instável do modo de produção capitalista, uma vez que a decisão do investimento se dá sob a condição de concorrência e pressionada pela tendência estrutural do sistema à queda da taxa de lucro.

Na etapa concorrencial, o processo de acumulação e reprodução do capital estava apoiado na produção, dado que o capital a juros não se encontrava plenamente constituído, a instabilidade inerente à fase de expansão do ciclo de valorização do capital não se apresenta como elemento desestruturante capaz de reverter o processo de valorização. Sendo assim, na etapa concorrencial, a crise estrutural decorre do excesso de capacidade produtiva em relação à capacidade de realização. Na etapa monopolista, o desenvolvimento do sistema de crédito engendra um circuito de valorização fictícia do capital, no qual o investimento com inovação passa a depender da massa de recursos líquidos concentrados pelo sistema de crédito. Mais que isso, a centralização do capital dá origem ao bloco

de capitais produtivo e financeiro sob um único comando, criando aquilo que Braga denominou de macroestrutura financeira, na qual a valorização do capital se interpôs entre ativos reais e ativos financeiros. A valorização pelo processo renda (capital produtivo) passa a estar condicionada pela valorização via capitalização (capital financeiro). A dominância financeira emerge, portanto, como elemento constitutivo da estrutura monopolista. Do ponto de vista da decisão capitalista, isso se traduz na incerteza associada às decisões de investimento. O caráter especulativo é, então, incorporado ao cálculo capitalista, que se defronta com padrões oligopolizados de concorrência (TAVARES, 1998 [1978]: 40-1). Consequentemente, na etapa monopolista, a instabilidade inerente à fase de expansão se converte em elemento desestruturante, na medida em que a instabilidade própria da macroestrutura financeira é capaz de refrear, no *boom*, decisões capitalistas de investimentos produtivos, revertendo assim o ciclo de valorização do capital. Nessa etapa, para que a crise seja estrutural, ela deve ser simultaneamente de superacumulação e financeira (TAVARES, 1998 [1974]: 69-76).

Juntando as peças desse quebra-cabeça, podemos oferecer uma imagem parcial da “Escola de Campinas”, mas que indica em algum grau sua coerência interna. Em nossa representação, no plano geral é Belluzzo (1975) quem estabelece a interpretação dos determinantes gerais ao nível do modo capitalista de produção; Mazzucchelli (1985 [1983]) é quem demonstra teoricamente como a concorrência intercapitalista engendra transformações na lógica de funcionamento do modo de produção capitalista; Braga (1985), por sua vez, é quem demonstra como a decisão capitalista é afetada pelas transformações ao nível da estrutura. Com base nesses três níveis de abstração e seus respectivos elementos lógicos, foi Conceição Tavares quem introduziu na Economia Política da “Escola de Campinas” a análise dinâmica englobando esses três níveis de abstração. Há que se notar, todavia, a ênfase nas transformações da base técnica e sua relação com o potencial de acumulação. Na visão da “Escola”, com a grande indústria e a automatização do progresso técnico, é a decisão do investimento capitalista o fator principal da análise. Isso não significa negar teoricamente o conflito capital-trabalho, no entanto ele assume um nível secundário no conjunto das determinações do modo especificamente capitalista de produção, pois neste a acumulação capitalista está só parcialmente limitada pelo trabalho. Sendo assim, para a “Escola de Campinas” o móvel do sistema está no plano da disputa intercapitalista. No plano do particular, interessa à “Escola” estabelecer como o modo de produção especificamente capitalista se constitui a partir de formações sociais pré-capitalistas. Nessa direção, os critérios de análise foram elaborados por Silva (1976), Cano (1975), Cardoso de Mello (1975) e Oliveira (1985). Assim, os padrões de industrialização originário, atrasado e tardio compreendem as diferentes possibilidades de constituição do capitalismo. Uma vez constituídos tais padrões, o foco da análise se desloca para o nível da reprodução. Novamente é Tavares (1974) a personagem central

na medida em que propõe uma tipologia de padrões de acumulação capitalista segundo o tipo de industrialização. Conceição racionaliza a acumulação capitalista à luz dos obstáculos à acumulação. Como se verá mais adiante, tanto os obstáculos como seus desentrelasamentos passam pelo Estado, o que traz para o centro da discussão a problemática da “revolução burguesa”.

A construção de padrões de acumulação capitalista como forma de concretização do processo de valorização do capital foi levado adiante por Tavares (1974). Sua contribuição foi elaborar modelos heurísticos com base na forma de interação entre a acumulação de capital, a distribuição da renda e o progresso técnico. A tipologia proposta por Tavares enfatiza as alterações na relação entre acumulação de capital e distribuição de renda derivadas da introdução do progresso técnico, i.e., da diferenciação do consumo capitalista. Mais que isso, Conceição deduz as implicações das alterações do progresso técnico na relação acumulação de capital e distribuição da renda em cada forma específica de concorrência intercapitalista nas diferentes etapas do capitalismo. Cada padrão de acumulação procura, portanto, traduzir, a partir de uma perspectiva endógena, os problemas concretos da acumulação de capital em condições específicas de valorização e sua respectiva superação histórica (TAVARES, 1998 [1974]: 23-40).

A etapa concorrencial apresenta dois padrões de acumulação capitalista. O padrão clássico, no qual não há ainda diferenciação entre consumo capitalista e consumo dos trabalhadores, e, desse modo, os limites da acumulação capitalista estão determinados pelas condições de produção da mais-valia (TAVARES, 1998 [1974]: 41). A introdução de progresso técnico, seja no DI ou no DII, altera o padrão clássico de acumulação, redefinindo a forma de articulação intersetorial. Quando o progresso técnico reduz os custos ao nível do sistema, o limite da acumulação é deslocado e, segundo Conceição Tavares (1998 [1974]: 48), “[...] passa a estar dado não pelas ‘condições de produção da mais-valia’, mas sim pelas condições de sua realização dinâmica em escala ampliada”.

Na etapa monopólica, Tavares estabelece uma distinção entre economia madura e economia semi-industrializada, a partir da qual distingue o problema da acumulação capitalista e de suas resoluções. Nas economias maduras,

o problema central da acumulação oligopolista reside em que a competição intercapitalista passa a realizar-se cada vez mais pela introdução acelerada de progresso técnico, pela diferenciação da estrutura de consumo e a conquista de novos mercados. Nestas condições, o equilíbrio dinâmico entre potencial de acumulação de longo prazo, taxa efetiva de crescimento e condições de realização plena da produção deixa de depender da estabilidade da relação lucros/salários. Esta última pode estabilizar-se sem que, no entanto, deixe de ocorrer uma tendência do sistema a produzir um potencial de acumulação cada vez maior em relação às condições de absorção efetiva da capacidade produtiva existente em cada período (TAVARES, 1998 [1974]: 52-3).

Independentemente da estrutura de concorrência oligopólica (competitiva, concentrada ou diferenciada), a solução lógica e histórica que surge é a conglomeração financeira. Essa “corresponde basicamente a uma estrutura flexível de aplicação de capital que se destina, sobretudo, a distribuir os riscos e a buscar novas formas financeiras de igualação das taxas médias de lucro por blocos de capital” (TAVARES, 1998 [1974]: 73).

Para Conceição, a estrutura oligopólica também é a norma em economias semi-industrializadas, embora estruturalmente assimétrica. O poder de acumulação entre os diferentes capitais é desproporcional, a distribuição da renda é profundamente desigual e a incorporação do progresso técnico se restringe a setores específicos. Isso implica um modo de funcionamento peculiar, que se torna evidente na fase de expansão do ciclo de valorização do capital. Segundo Tavares, a acumulação oligopolista em economias semi-industrializadas apresenta um problema adicional:

O problema está em que ele não se restringe nem pelas ‘proporções dos fatores de produção’, nem pelos seus preços relativos, se não que por uma competição interna capitalista assimétrica que tende a introduzir progresso técnico em forma restringida e desigual, para aumentar as margens de lucro diferencial entre as empresas oligopolistas (TAVARES, 1998 [1974]: 83).

Portanto, nos países subdesenvolvidos, a forma como se apresenta a dinâmica da acumulação depende da técnica incorporada e seu respectivo efeito sobre as estruturas de mercado (oligopólio competitivo, oligopólio diferenciado concentrado e oligopólio puro concentrado). Em suma, a tipologia dos padrões de acumulação capitalista elaborada por Tavares oferece um modelo dinâmico para a análise das economias nacionais.

Resumidamente, visto de maneira articulada, o estudo das determinações gerais do modo capitalista de produção em três níveis de abstração, os padrões de constituição do capitalismo e os padrões de acumulação capitalista constituem os elementos analíticos daquilo que estamos denominando de Economia Política da “Escola de Campinas”. Esse modo de pensamento implica uma crítica teórica radical à “visão da autorregulação da produção capitalista” e reafirma o papel do Estado como possibilidade de regulação social do capitalismo. Como resume Tavares (1998 [1978]: 74), “o real (do capitalismo contemporâneo) não é racional, é apenas inteligível, negando a sua ‘razão’ teórica e histórica. O irracional emerge e faz valer outro poder. O poder do Estado. Não o Estado-Razão de Hegel, mas o seu contrário: a Razão de Estado”.

Essa conclusão revela a enorme importância do Estado para o controle do ritmo da mudança social. Estamos agora em condições de recuperar as mediações teóricas e históricas necessárias à compreensão da problemática da “revolução burguesa” e desse modo fechar o esquema analítico da Economia Política da “Escola de Campinas”.

A tentativa de articular a esfera do político com a do econômico se dá a partir da relação do Estado com o processo de industrialização. Na visão dos artífices da “Escola”, a relação entre Estado e economia sintetiza as transformações sociais que são concomitantes à consolidação de formas especificamente capitalistas de produção. Assim, o conjunto de questões pertinentes à construção da nação, que emana de cada etapa do processo de formação e desenvolvimento do capitalismo, condensa em um único momento da história três tempos: o passado (a questão agrária), o presente (os conflitos intraburgueses e entre capital e trabalho, e a relação entre a nação em formação e o capital estrangeiro) e o futuro (demandas sociais não satisfeitas, como as questões sociais). Permeando todos esses momentos está a questão da formação do Estado capitalista como espaço de poder que está em constante disputa. O modo como esse conjunto de questões é interpretado, a forma como é hierarquizado e as respostas sugeridas conformam *vias de desenvolvimento*, que se colocam em disputa pela direção do processo de transformação da sociedade pelo Estado (MELLO, 1981 [1975]; AURELIANO, 1981 [1976]; DRAIBE, 1980).

Como sugerido por Liana Aureliano (1981 [1976]) e formalizado por Sonia Draibe (1980), o estudo da revolução burguesa pela “Escola de Campinas” se processa em três níveis de análise. O primeiro nível consiste em determinar abstratamente, para um dado momento da História, as alternativas de desenvolvimento. Para tanto, faz-se necessário, em primeiro lugar, identificar a disposição dos interesses em cada padrão de acumulação capitalista. Cada padrão de acumulação, como já vimos, descreve o modo de articulação das diferentes formas de capitais e, por consequência, como o trabalho é submetido à acumulação capitalista em cada padrão. Decorre, pois, uma divisão social do trabalho sobre a qual se configuram as classes sociais, as frações de classe e os diversos setores sociais, de onde emergem propostas, a partir de interesses estratégicos, de organização da sociedade. Essas propostas convertem-se em base política do Estado, na medida em que passam a concorrer pela direção política do Estado. Nos momentos em que o padrão de acumulação entra em crise, a diferenciação econômica que resulta do processo de concentração e centralização do capital é simultaneamente, no plano político, diferenciação dos interesses na sociedade. Com isso, as alternativas são redefinidas e, por conseguinte, traduzidas em novas políticas no interior dos aparelhos do Estado, transformando o próprio Estado. Nesse esquema, portanto, a categoria *vias de desenvolvimento* é a chave através da qual a “Escola de Campinas” estrutura o campo da luta de classes no processo de formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil (DRAIBE, 1980: 21-26).

O segundo nível busca reconhecer a configuração concreta das classes sociais, frações de classe ou setores no momento da crise e procura antever os desdobramentos possíveis da crise. Colocam-se em questão as distintas

tendências de direção política no momento da crise. Nessa etapa da reflexão, os blocos históricos no poder emergem como objeto de análise. Embora o reconhecimento do bloco no poder revele relações de poder definidas e indique o sentido da formação da nação, em geral o bloco no poder acaba por justapor interesses heterogêneos e fragmentados, que se modificam em função das circunstâncias. Desse modo, na crise, a disposição dos interesses na sociedade é novamente embaralhada, configurando uma situação de ausência de direção política. É dessa perspectiva que a “Escola de Campinas” considera a *autonomia do Estado*. Autonomia esta que não é plena nem absoluta, pois, por um lado, está fundada na ausência da direção política, e, por outro, limitada pelo sentido do bloco histórico. É nesses termos que o Estado emerge como dirigente do processo de transformação da sociedade. Deriva dessa perspectiva o controle do Estado como estratégia para a concretização da direção política, pois a articulação dos diferentes interesses se dá no âmbito das estruturas do Estado. Portanto, é por meio da burocracia estatal que se articulam os interesses (DRAIBE, 1980: 36).

Por fim, o terceiro nível sugere que a burocracia estatal *traduz* a estrutura política que emana da divisão social do trabalho. Isso significa que as contradições da luta política na sociedade são trazidas para dentro do Estado, refletindo-se em sua institucionalidade. Estatizam-se as relações econômicas de classe e, com ela, há a corporativização, a preponderância do interesse de determinados grupos nos órgãos do Estado e politização da luta econômica, ou seja, as lutas sociais necessariamente passam pelo Estado, é ele o campo de resolução dos conflitos na sociedade (DRAIBE, 1980: 38-41).

Quando se observa a forma como se articula o padrão de acumulação capitalista e a questão da revolução burguesa, é inevitável a ênfase dada ao desenvolvimento das forças produtivas no esquema analítico da “Escola de Campinas”. Teoricamente, sucede que a luta política apenas pode retardar o ritmo da mudança social. Esse traço conservador da “Escola de Campinas” se revela na medida em que a disputa pela hegemonia no poder do Estado restringe-se à disputa no interior do bloco do poder, na qual as massas servem apenas de apoio ao projeto elaborado por uma vanguarda intelectual de elite supostamente progressista e atenta às demandas sociais.

Com isso concluímos a exposição dos elementos centrais da Economia Política da “Escola de Campinas”: as determinações gerais do modo capitalista de produção (lei do valor como processo de valorização do capital); a problemática da gênese dos diferentes capitalismo nacionais (originário, atrasado e tardio), a problemática da dinâmica capitalista segundo os padrões de industrialização (padrão de acumulação capitalista); e a problemática da “revolução burguesa” (vias de desenvolvimento e arbítrio do Estado).

Considerações Finais

Retomemos as questões que nos conduziram por esse caminho. Quando se observa o recente debate sobre o desenvolvimento, parece haver duas dificuldades: a de redefinir radicalmente os parâmetros de estudo do fenômeno do desenvolvimento; e, como consequência, a desconfiança de que o desenvolvimento nacional é capaz de conduzir à emancipação humana.

No presente texto, por meio do estudo sistemático da “Escola de Campinas”, procuramos dar início a uma reflexão sobre essas duas questões. Primeiramente, resgatamos as diferentes formas de avaliação da contribuição da “Escola de Campinas”. Há dois grupos: um preocupado em avaliar a contribuição desta ao pensamento econômico brasileiro; e outro interessado em priorizar sua contribuição à questão do desenvolvimento nacional. Em ambos os casos, constatamos a carência de um estudo sistemático das teses com o objetivo de demonstrar a unidade existente em um conjunto de trabalhos que funda aquilo que estamos chamando de “Escola de Campinas”. No intuito de delimitar o modo de pensamento desta, revisamos as principais metodologias do pensamento econômico brasileiro (modelos analíticos de interpretação e sistemas de economia política) e concluímos que, para nossos objetivos, tomar o debate do desenvolvimento como eixo estruturante das ideias econômicas contribuiria marginalmente para demonstrar as origens históricas e os principais elementos constitutivos da Economia Política da “Escola de Campinas”. Decidimos então recorrer ao método historiográfico no qual o contexto, a coerência interna das teses e seu significado são as dimensões privilegiadas de análise.

Esse deslocamento de perspectiva nos permitiu identificar as origens históricas da “Escola de Campinas” nas tensões que moviam o sistema-mundo moderno no período de hegemonia estadunidense, em como essas tensões se expressavam na luta política interna ao Brasil em torno do desenvolvimento e na sua peculiar articulação com a formação e consolidação das Ciências Sociais no Brasil. Conforme procuramos demonstrar, a “Escola de Campinas” resultou do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, levado a cabo pelos militares na medida em que ela emergiu como braço da tradição cepalina incorporada à universidade brasileira em um momento de consolidação das Ciências Sociais no Brasil, as quais, por sua vez, estavam conectadas ao processo de difusão mundial das modernas estruturas do conhecimento, difusão patrocinada pelo governo dos Estados Unidos, pela iniciativa privada estadunidense e pelas instituições multilaterais. Desse modo, o limite da crítica está estabelecido por seu contexto de formação.

A Economia Política da “Escola de Campinas” nasce, assim, carregada de contradições. Do ponto de vista teórico, é eminentemente radical. Do ponto

de vista político, essa radicalidade é refreada. Sua forma de pensamento propõe uma análise do modo de produção especificamente capitalista, articulando os três níveis gerais de determinação: a lei do valor como processo de valorização do capital; a lei da concorrência; e a decisão capitalista. Por meio de mediações teóricas e históricas, definiu-se uma tipologia referente aos padrões de formação do capitalismo e outra referente aos padrões de acumulação capitalista, segundo o tipo de industrialização. A contribuição da “Escola de Campinas” ao pensamento econômico se dá no modo de articulação entre os três níveis gerais de determinação do modo capitalista de produção e nas tipologias decorrentes, as quais, juntas, constituem um paradigma econômico menos formal, do ponto de vista analítico, e mais realista, do ponto de vista epistemológico. O limite da crítica, condicionada pelo contexto, manifesta-se quando a Economia Política da “Escola de Campinas” admite que, uma vez constituído o modo especificamente capitalista de produção, esse é tomado como parâmetro fixo e, conseqüentemente, o foco da análise desloca-se para os obstáculos à acumulação.

Estamos cientes, no entanto, de que nossa caracterização é parcial. Para oferecermos ao leitor uma caracterização mais geral da “Escola de Campinas”, seria necessário desenvolver a conexão entre sua economia política e a interpretação de Brasil dela decorrente, e um estudo sistemático do programa de reforma do capitalismo brasileiro no contexto da transição democrática. Sem esses dois passos, o último passo de nosso método de análise, a significação da “Escola de Campinas” à época, permanece incompleto.

§

Referências Bibliográficas

Documentos

- Ata de aprovação DEPEs. In: CASTILHO, Fausto; SOARES, Alexandre Guimarães Tadeu de (org.). *O conceito de universidade no projeto da Unicamp*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. *Programa Estratégico de Desenvolvimento, 1968-1970: estratégia de desenvolvimento e estrutura geral*. V. 2. Brasília: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 1968.
- CHURCHILL, Winston S. *Iron Curtain Speech*, 5 de março de 1946.
- Proposta de criação do DEPEs. In: CASTILHO, Fausto; SOARES, Alexandre Guimarães Tadeu de (Org.). *O conceito de universidade no projeto da Unicamp*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.
- TRUMAN, Harry S. *Address Before the Rio de Janeiro Inter-American Conference for the Maintenance of Continental Peace and Security*, 2 de setembro de 1947.
- _____. *Address Opening the Meeting of the Foreign Ministers of the American Republics*, 26 de março de 1951.
- _____. *Special Message to the Congress on Greece and Turkey: The Truman Doctrine*, 12 de março de 1947.
- _____. *Special Message to the Congress Recommending Point 4 Legislation*, 24 de junho de 1949.
- Bibliografia**
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- AURELIANO, Liana Maria. *No limiar da industrialização*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1981 [1976].
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Vols. 1 e 2. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *Um estudo sobre a crítica da economia política*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1975.
- _____. In: BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; RÉGO, José Márcio (Orgs.). *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo, SP: Editora 34, 1996, pp. 253-54.
- _____. *O senhor e o unicórnio: a economia dos anos 80*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 52.
- BIANCHI, Ana Maria. Do Encontro de Itaipava ao Encontro da USP: comentários à margem da história da ANPEC. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia. *50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamento, instituições, depoimentos*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo & MUSSI, Carlos. O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005. Texto preparado para o Seminário "Brasil-Chile; uma mirada hacia América latina y sus perspectivas, Santiago de Chile, julho de 2005.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000 [1988].
- BRAGA, José Carlos de Souza. *Temporalidade da riqueza: uma contribuição à teoria da dinâmica capitalista*. (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 1985.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In: Maria Rita Loureiro (Org.). *50 Anos de Ciência Econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997, pp. 17-69.
- _____. Revista de Economia Política 3(1), janeiro de 1983. Resenha de: MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BROOKE, Nigel e WITOSHYSKY, Mary (orgs.). Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social. São Paulo: Ed. da USP, 2002.
- CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais no Brasil: alguns pontos controversos. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (Orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. V. 2. São Paulo: Brasiliense, 1983 [1981].
- _____. Instituto de Economia da Unicamp: notas sobre sua origem e linhas gerais de sua evolução. In: SZMERECSÁNYI, T. & COELHO, F. S. (Orgs.) *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007, p. 200.
- _____. Instituto de Economia da Unicamp: notas sobre sua origem e linhas gerais de sua evolução. In: SZMERECSÁNYI, T. & COELHO, F. S. (Orgs.) *Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007.
- _____. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1975.
- CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. Editora UNESP, 2002.
- CASTILHO, Fausto; SOARES, Alexandre Guimarães Tadeu de (Org.). *O conceito de universidade no projeto da Unicamp*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.
- COLISTETE, Renato Perim. O Desenvolvimentismo Cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. In: SZMERECSÁNYI, T. & COELHO, F. S. (Orgs.) *Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007, pp. 26-37.
- COUTINHO, Maurício Chalfin. Incurções Marxistas. In: SZMERECSÁNYI, T. & COELHO, F. S. (orgs.) *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007, pp. 15-25.
- DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil: 1930-1960*. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004 [1980], ver introdução.
- FIORI, José Luís. "Introdução: De volta à questão da riqueza de algumas nações". In: FIORI, José Luís (Org.). *Estado e moeda no desenvolvimento das nações*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GOMES, Eustáquio. *O Mandarim: história da infância da Unicamp*. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- IANNI, Octávio. A "redemocratização" de 1946 e as tentativas de reorientação da política econômica. In: SZMERECSÁNYI, T. & GRANZIERA R. (orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- MALTA, Maria Mello de (coord.). *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Lema: IPEA, 2010, p. 40.

- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia: introdução à sociologia do conhecimento*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1954.
- MANTEGA, Guido. *A Economia política brasileira*. 6ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes 1991 [1984].
- MAZZUCHELLI, Frederico. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. São Paulo: Brasiliense, 1985 [1983].
- MELLO, João Manuel Cardoso de & TAVARES, Maria da Conceição. The capitalist export economy in Brazil: 1884-1930. In: *THE LATIN American economies: growth and the export sector 1880-1930*. New York, N.Y.: Homes & Meier, 1985, pp. 82-136.
- MELLO, João Manuel Cardoso de & BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Introdução. In: Fórum Gazeta Mercantil. *FMI x Brasil: a armadilha da recessão*. São Paulo: Ed. Gazeta, 1983, pp. 24-25, grifo nosso.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. A contrarrevolução liberal-conservadora e a tradição crítica latino-americana. Um prólogo em homenagem a Celso Furtado. In: *Economia & Sociedade*, Campinas (9): dez. 1997 pp. 159-164, p. 163, negrito nosso.
- _____. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984 [1975]; OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de Industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Ed. UNESP, 2003 [1985].
- _____. In: MANTEGA, Guido; RÊGO, José Márcio (Orgs.). *Conversas com economistas brasileiros II*. São Paulo, SP: Editora 34, 1999, p. 195.
- MICELI, Sérgio. A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992. In: MICELE, S. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. V. 2. São Paulo: Editora Sumaré, 1995b, pp. 341-95.
- _____. O cenário institucional das Ciências Sociais no Brasil. In: MICELE, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. V. 2. São Paulo: Editora Sumaré, 1995a.
- NOVAIS, Fernando A. “Anotações sobre a vida cultural na época do Antigo Regime”, 1979. In: NOVAIS, F. A. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de industrialização do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: Unicamp, 2003 [1985].
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012 [1944].
- PRESSER, Mário Ferreira. Ecletismo em Dissenso: uma comparação das propostas dos Neo-estruturalistas da PUC-RJ e dos keynesianos da Unicamp. In: SZMERECZSÁNYI, T. & COELHO, F. S. (orgs.) *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas, 2007, p. 39-54.
- RODRÍGUEZ, Octavio. *El Estructuralismo Latinoamericano*. México, Siglo XXI Editores: Cepal, 2006.
- SAMPAIO JR., Plínio Soares de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, c1999.
- SANTOS, Fabio Pádua dos. *Crise e(m) desenvolvimento = a contribuição da escola de Campinas*. 2012. 134 pp. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000857178>>. Acesso em: 8 mai 2013.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SUNKEL, Osvaldo & PAZ, Pedro. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*. México: Siglo XXI, 1970.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. 3ª Ed, Campinas, SP: Unicamp, IE, 1998 [1974].
- _____. *Ciclo e Crise: o movimento recente da industrialização brasileira*. Campinas, SP: Unicamp, IE, 1998 [1978].
- WALLERSTEIN, Immanuel et al. *Abrir las ciencias sociales: informe de la Comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales*. México: Siglo XXI, 1996.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O Universalismo Europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *World-System Analysis: an introduction*. Duke University Press, 2004.

Recebido em 8/5/2013

e aceito em 15/6/2013